



RAZÕES SOCIAIS DA GRILAGEM DE TERRAS EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA, SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RELATÓRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DO INSTITUTO DE TERRAS DE SÃO PAULO (ITESP)

Larissa Ribeiro Silva¹

Gabriel da Silva Teixeira²

Ana Carolina Marcucci³

RESUMO

Este artigo consiste em reconstruir e analisar episódios de grilagem de terras em territórios quilombolas a partir da leitura dos Relatórios Técnicos-Científicos (RTC's) produzidos pelo ITESP, a fim de destrinchar as razões desde seus aspectos sociais, aos econômicos e culturais que levam a apropriação indevida destes territórios tradicionais. A pesquisa foi realizada através da leitura dos relatórios, a sistematização das informações coletadas em um banco de dados e a revisão bibliográfica acerca do tema e das situações denotadas nos dados obtidos, onde se evidenciou que as grilagens não ocorriam apenas pela maneira mais comum de jagunçagem, mas também de maneira discreta através até mesmo de políticas públicas. O presente trabalho busca rememorar esses eventos e dar visibilidade aos povos quilombolas, e atentar para as fragilidades desta população diante não só do capital econômico quanto até mesmo do Estado.

Palavras-chave: Grilagem; Quilombo; Estado; Repressão; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Os Relatórios Técnicos-Científicos (RTC's) são laudos antropológicos que tem por fim atestar o reconhecimento das comunidades quilombolas através de condicionantes sociais, históricos e antropológicos. Foi este o método investigativo adotado por um grupo de trabalho criado pelo governo estadual de São Paulo através do Decreto nº 40.723, datado no ano de 1996. Desde então são formulados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – José Gomes da Silva (ITESP), órgão este responsável pelo planejamento e execução das políticas agrárias e fundiárias do estado de São Paulo.

¹ Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. E-mail: lalaribeiro Silva87@gmail.com ORCID: 0009-0003-7520-6791.

² Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. E-mail: dasilva.gp@gmail.com ORCID: 0000-0003-4923-5970.

³ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp. E-mail: anacarolinamarcucci@outlook.com.br ORCID: 0000-0002-8964-8094.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Os Relatórios Técnico-Científicos (RTC's) dos territórios tradicionais do Estado de São Paulo são partes fundamentais dos procedimentos de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas no Brasil. Por meio dos RTC's, busca-se rememorar e documentar a presença das comunidades tradicionais nos seus respectivos territórios: moradores mais antigos são ouvidos, documentos oficiais e cartográficos são consultados, de modo que memórias, relatos e registros da ocupação tradicional dos territórios tradicionais são sistematizados, compondo documentos que atestem a presença comunitária. Mais do que isso, parte expressiva dos RTC's foi produzida entre as décadas de 1990 e 2000, documentando memórias e relatos já não mais disponíveis nos dias atuais.

Deste modo, a proposta desta pesquisa consistiu em utilizar os 36 RTC's produzidos para o caso dos quilombos do estado de São Paulo como fontes documentais para a reconstrução dos episódios de pressão exercidos por interesses privados e públicos sobre os territórios tradicionais. Mais do que simplesmente (re)descrever tais episódios, nosso projeto pretendeu, ao se debruçar sobre situações concretas de apropriação indevida de territórios tradicionais quilombolas, investigar os processos sociais, econômicos e culturais que os orientaram, inicialmente tendo por base a noção de racismo institucional.

Foram analisados os 36 RTC's que abrangem todos os quilombos reconhecidos do Estado de São Paulo⁴, dos quais, inicialmente, foram retiradas informações sobre os episódios de expropriação territorial, o tipo de rede dos atores envolvidos e suas motivações.

Ao longo da pesquisa foi notável a extensão da ideia de grilagem e dos diferentes caminhos pelos quais essa pode se consolidar quando se trata de expropriação territorial. Desde a via violenta e tradicional, com uso de jagunçagem por fazendeiros e empresas; passando por aquelas vias lentas e nem sempre explícitas, como a interdição de passagens, as ameaças sucessivas, a extensão de cercas por vários metros, consolidando novos limites ao longo dos anos; sem contar uma série de outras dinâmicas que, com mais ou menos intensidade, aos poucos, acabam por inviabilizar o exercício dos modos tradicionais de utilização do território e dos recursos que dele decorrem.

⁴ Ao todo, o estado de São Paulo, atualmente, reconhece 36 quilombos, não obstante haja mais de 70 pedidos de reconhecimentos por territórios tradicionais em todo o estado. Os quilombos reconhecidos estão espalhados por 11 municípios; são eles Barra do Turvo, Capivari, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itapeva, Itatiba, Jacupiranga, Registro, Salto de Pirapora e Ubatuba.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Desde o início as informações coletadas dos RTC's levaram a revisitar e reformular não apenas parte das tipologias utilizadas pela pesquisa, como também seus instrumentos de sistematização. Assim, ao invés de pensar episódios de expropriação apenas pela via clássica, este trabalho se debruçou também em outras situações que seguiam um caminho conflituoso menos explícito, por vezes molecular. Deste modo, foi possível perceber situações onde forças corporativas e políticas interessadas nos territórios agiam gradativamente ao longo do tempo, inclusive por meio “legais”, ou por vias institucionais, com o intuito de cercear o território e inviabilizar, de várias maneiras, as formas comunitárias de vida e de permanência no território.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi estruturada em três bases: i) leitura dos RTC's; ii) sistematização de informações das situações de interesse numa base de dados digital; e iii) análise quanti e qualitativa das informações.

Na primeira etapa, (i) procedemos com a leitura de 36 relatórios, que foram solicitados via Lei de Acesso à Informação, junto ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), além dos arquivos cartográficos com a delimitação espacial desses territórios. A relação dos RTC's analisados e seus respectivos municípios de localização estão listados na tabela a seguir:

RTC'S ANALISADOS	
Nome da Comunidade	Município de Localização
Abobral Margem esquerda	Eldorado
Aldeia	Iguapé
André Lopes	Eldorado
Bombas	Iporanga
Biguazinho/Miracatu	Iguape
Brotas	Itatiba
Caçandoca	Ubatuba
Cafundó	Salto de Pirapora
Camburi	Ubatuba



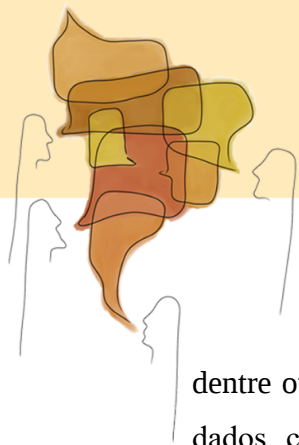
III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Cangume	Itaóca
Capivari	Capivari
Cedro	Barra do Turvo
Engenho	Eldorado
Ex- Colônia Velha	Cananéia
Galvão	Eldorado/Iporanga
Ivaporunduva	Eldorado
Jaó	Itapeva
Mandira	Cananéia
Maria Rosa	Iporanga
Morro Seco	Iguape
Nhunguara	Eldorado/Iporanga
Ostras	Eldorado
Pedra Preta/ Paraíso	Barra do Turvo
Pedro Cubas	Eldorado
Pedro Cubas de Cima	Eldorado
Peropava/Registro	Registro
Pilões	Iporanga
Piririca	Iporanga
Poça	Eldorado/Jacupiranga
Porto Velho	Iporanga
Praia Grande	Iporanga
Reginaldo	Barra do Turvo
Ribeirão Grande/ Terra Seca	Barra do Turvo
São Pedro	Eldorado/Iporanga
Sapatu	Eldorado
Sertão de Itamambuca	Ubatuba

Na segunda etapa (ii), o trabalho se dirigiu a sistematização das informações colhidas em uma Base de Dados Digital. O levantamento dos dados corresponde às informações relevantes à pesquisa, que permitem relacionar informações sobre o perfil dos agentes envolvidos em cada evento (explícito ou velado) de tentativa de expropriação territorial, as razões dos casos observados, número de atingidos, desdobramentos institucionais do caso,



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

dentre outras variáveis relevantes oportunamente apontadas. A estratégia da organização dos dados coletados nas RTC's em um banco de dados vislumbra um melhor acesso às informações focais da presente pesquisa, além de que esta forma de organização possibilita uma melhor análise visto a facilidade na consulta dos dados obtidos. A base dados foi estruturada a partir das seguintes categorias: Local do evento (município, bairro, distrito); Data do evento; Breve descrição do evento; Nome de agentes privados envolvidos no caso; Empresa(s) e/ou Grupo(s) Econômico(s) citados e/ou envolvidos no caso; Nome de agentes públicos envolvidos e/ou que tomaram conhecimento do caso; Instituições Públicas que tomaram parte do caso; Nome de eventuais atingidos(as) no episódio; Atividade/interesse predominante pretendido no território (mineração, agropecuária, especulação imobiliária); Descrever violências e violações cometidas contra a comunidade; Quantos deixaram a comunidade (?) e Formas individuais e/ou comunitárias de resistência.

As tipologias presentes na tabela foram elaboradas e re-elaboradas conforme o trabalho de sistematização dos dados, de forma a contemplar as especificidades que aparecem nos RTC's, e ao amadurecimento dos objetos da pesquisa. Sendo assim, há variações na estruturação da planilha conforme notado necessidade e demandas da pesquisa.

Cabe destacar que consideramos como “evento” de expropriação, cada uma das menções às situações de conflito (ameaça, violência física, destruição de roçados, benfeitorias, impedimento de utilização do território, etc.) presentes e/ou descritas nos RTC's. Com isso, tentamos apreender situações simultâneas, episódios sucessivos ocorridos dentro do mesmo território, ou situações aparentemente não relacionadas, mas que podiam indicar tendências, dinâmicas sociais, econômicas e/ou regionais que estimulavam episódios de expropriação territorial.

Na terceira e última etapa do projeto (iii), foi feita uma análise mais detalhada dos eventos e postura dos agentes públicos e privados, bem como das diferentes razões e referenciais que orientaram condutas de apropriação indevida dos territórios tradicionais.

RESULTADOS

A partir da sistematização de dados coletados nos Relatórios Técnico-Científicos foi possível identificar as principais tendências de expropriação de terra nos territórios quilombolas paulistas, que ocorrem por grilagem em sua forma clássica, com uso de extrema



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

violência e jagunçagem, de forma mais explícita, mas também por grilagens implícitas que ocorrem de forma discretas e graduais, movidas por forças corporativas e interesses políticos sobre território e que se desdobram, via de regra, na expulsão da população quilombola ou no simples abandono do território, como é o caso ocorrente sob os efeitos das leis ambientais e infraestrutura deficitária como a falta de energia, escolas próximas e hospitais, inviabilizando as formas de vida comunitária local.

Outros dois pontos chamaram a partir da análise dos eventos anotados dos RTC's: i) a distribuição cronológica dos conflitos, profundamente relacionados com grandes projetos e intervenções públicas em todo o território do estado de São Paulo; e ii) a relação entre os agentes responsáveis pela deflagração do conflito, especialmente se se tratava de agente público e agente privado.

a) Períodos predominantes de conflitos e perfil dos agentes envolvidos*

Comunidade Quilombola	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Abobral Margem esquerda			E; P	E; E+P			
Aldeia					P		
André Lopes			E	E	E; E+P		
Bombas	E+P						
Biguazinho/Miracatu			E	P			
Brotas			E	E+P			E+P
Caçandoca			E+P	E; P	P		
Cafundó				P			
Camburi			E				
Cangume							
Capivari							
Cedro			E		P		
Engenho			P	P			
Ex-Colônia Velha			E; P	E; P			P
Galvão					P		
Ivaporunduva						E	
Jaó						P	
Mandira			E	E+P			
Maria Rosa						E	
Morro Seco	E+P		E+P		P		
Nhunguara					P		
Ostras							



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Pedra Preta/ Paraíso		E	P	P	E		
Pedro Cubas				E		E	
Pedro Cubas de Cima				E + P	E + P	E	E
Peropava/Registro	P	P			P		
Pilões			E			E; E+P	
Piririca							
Poça							
Porto Velho		P	P		E; P		P
Praia Grande			E + P			E + P	
Reginaldo							
Ribeirão Grande/ Terra Seca					P		
São Pedro						E	
Sapatu					P		
Sertão de Itamambuca				E; P			

* E= Estado ou agente estatal responsável; P = Agente Privado responsável.

Na tabela acima, pontuamos os episódios de conflito, segundo a década de ocorrência e o perfil principal dos atores envolvidos no episódio de expropriação territorial. As décadas de 1960, 1970 e 1980 se destacam com 17, 17 e 15 anotações, respectivamente. Cabe considerar que, em inúmeras situações, agentes estatais (E) aparecem como autores ou responsáveis das situações de expropriação territorial, seja isoladamente, ou em parceria com agentes privados (P). Há situações em que a atuação de agentes estatais dá sentido e informa a atuação posterior de agentes privados (anotados como E; P), como nas situações de grandes projetos de desenvolvimento, organização de infraestrutura, planificação de empreendimentos, etc. Com isso, tentamos descrever situações em que o próprio estado age como indutor de conflitos, por meio de grandes projetos de desenvolvimento que ameaçam ou inviabilizam modos de vida tradicionais.

Mas há também aquelas situações em que agentes públicos e privados agem conjunta e organizadamente, com vistas a apropriação de territórios tradicionais (situações anotadas como “E + P”), geralmente se aproveitando de contextos marcados por grandes projetos estatais de desenvolvimento. Como pode se observar, situações de cumplicidade entre agentes públicos e privados que se seguiram a grandes projetos e ações estatais de desenvolvimento foram situações predominantes. Tais informações se coadunam com outras investigações



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

recentes que apontam a predominância de conflitos envolvendo, de um lado, territórios tradicionais, especialmente quilombolas e, do outro, agências e órgãos público-estatais⁵.

A própria distribuição temporal dos casos sistematizados a partir dos RTC's se mostra coerente com os principais projetos estatais de desenvolvimento do estado de São Paulo. Considerando o contexto propriamente paulista, as décadas de 1940 e 1950 são marcadas por inúmeros projetos de colonização por imigrantes, sobretudo as áreas do litoral sul do estado. No mesmo período, o país inicia um salto de desenvolvimento industrial, o que leva, no contexto específico do estado de São Paulo, a projeção de barragens e a integração de municípios por meio da abertura/duplicação da malha viária. Algumas unidades de conservação (UC's) são criadas nesse período, especialmente no final da década de 1950, como o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). No seu conjunto, tais iniciativas criam atritos com comunidades tradicionais, sobretudo porque empresas e a especulação imobiliária passa a pesar sobre o cotidiano das áreas rurais.

Nas décadas de 1960 e 1970, aprofunda-se o processo desenvolvimentista, agora no contexto de um governo autoritário, por meio de novos projetos de colonização e, principalmente, de desenvolvimento econômico. O governo militar criou, no final dos anos 1960, a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), imbuída do ideário do desenvolvimento e do aproveitamento dos recursos naturais da região para fins de expansão do capitalismo nacional. Incentivos fiscais e tributários, bem como a facilitação da aquisição de terras em toda a região litorânea do estado de São Paulo animaram empreendimentos, tanto produtivos ou especulativos.

A abertura de estradas como a Rio-Santos deu fôlego a novos processos especulativos, encetando inúmeros conflitos e a movimentação de agentes públicos e privados interessados em adquirir vantagens na apropriação de terras. Vale considerar que São Paulo está entre as principais rotas industriais e mercados consumidores do Sudeste: de um lado, a Régis Bittencourt liga ao Paraná e aos estados do sul do país; do outro, está a Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Essa localização estratégica fez crescer o valor das terras na região, tanto para empreendimentos, como e principalmente, para especulação imobiliária.

⁵ Ver, por exemplo, Corrêa *et al.* (2017).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

b) Eventos de expropriação por empresas e cumplicidade do Estado

Nos dados colhidos foi possível identificar o nome de 11 empresas que estão relacionadas nas tabelas ao lado dos respectivos quilombos:

EMPRESAS CITADAS NOS RTC'S		
Empresa	Quilombo	Período
Empresa Jofege Pavimentação e Construção Ltda	Brotas	NI
Correias Mercúrio S/A Indústria e Comércio	Sertão de Itamambuca	Década de 70
Cassanga Administração, Participação e Comércio Ltda	Sertão de Itamambuca	NI
La Bell Intesa Ltda	Sertão de Itamambuca	NI
SOCAL S/A MINERAÇÃO	Registro Peropava	Década de 40
Empresa Agroeste	Aldeia	1982
UNITA	Ex-Colônia Velha	1971
Empresa Urbanizadora Continental	Caçandoca	1974
Fazenda Itaóca	Pedra Preta	1950
Votorantim	Praia Grande	Anos 90
Votorantim	Pilões	1994
CBR – Companhia Brasileira de Reflorestamento	Poça	NI

Um caso de grilagem em sua forma clássica é descrito no RTC de Pedra Preta localizado na Barra do Turvo, ocorrido na década de 50 envolvendo a empresa Fazenda Itaóca que chegou nas terras da comunidade com um documento legal de uma extensa área que abrangia o quilombo do Cedro e Pedra Preta, para expulsar a população que ali viviam por gerações. A empresa contratou jagunços que armados ameaçavam os moradores a assinarem documentos que os declaravam como agregados, os que não assinavam tal documento eram obrigados a saírem de suas casas. O conflito se tornou um confronto armado, o quilombola Alcides Bueno da Cruz, que possuía uma boa condição financeira chegou a contratar homens para enfrentar os jagunços da empresa Itaóca, o que resultou na saída de muitos jagunços da região. Os moradores tiveram suas plantações itinerantes prejudicadas em meio a esse processo e ao que viria posteriormente com a criação da Unidade Florestal na década de 60, período o qual a área da Fazenda Itaóca passou a ser declarada como utilidade pública para fins de preservação ambiental. A história com a Fazenda Itaóca tem seu fim em 1982, quando a empresa move uma ação contra o estado de São Paulo alegando desapropriação indireta, o estado acabou pagando 90% do precatório e ao fim o imóvel se tornou propriedade estadual (São Paulo, 2007).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

No quilombo de Aldeia sem o registro de violência física, ocorreu neste caso uma situação que reincide em outros quilombos, a chegada de “pessoas de fora” neste caso uma empresa que compra uma fazenda e a torna via de renda da população que acaba tendo seu plantio, maior parte cultura itinerante, prejudicado pelo cercamento da área agora privada, além de muitos casos afetados também por leis ambientais. No caso de Aldeia isto foi o que ocorreu com a Empresa Agroeste que chegou à região em 1982, com o discurso de intenção de beneficiar a região com plantio de arroz, palmito e cacau, como descrito no relato a seguir:

Segundo o representante local da empresa, nenhuma das atividades prosperou e hoje a empresa não utiliza as terras que seriam de sua propriedade. A empresa instalou sua fábrica de beneficiamento de palmito, as residências de funcionários administrativos e o galpão dos ‘peões’ no local que efetivamente era o sítio Aldeia. O sítio Aldeia era uma espécie de “centro urbano” da região até a empresa Agroeste comprar as terras da Família Rocha, dona do sítio. Ali funcionavam a escola, a venda e boa parte dos bailes e, portanto, era local de suma importância para a comunidade. Todavia, há relatos de que uma das integrantes da família Rocha “não gostava que seus filhos se misturassem com as negrinhas do Sítio do Miguel” (São Paulo, 2013, p. 47).

Algo que transparece nos relatórios e nos casos de expropriação de terras é a relação de cumplicidade entre Estado e empresas, sendo tanto por omissão quanto pela ação truculenta dos agentes que representam o Estado. No caso do quilombo de Caçandoca, localizado em Ubatuba, os principais eventos de desapropriação estão atrelados com a Empresa Urbanizadora Continental, o RTC sinaliza a compra de posses pela empresa, intensificando no ano de 1974, década o qual foi finalizada a BR-101 próximo a região, que estimulou a especulação imobiliária, logo um atrativo para a empresa voltada para empreendimentos mobiliários. O período foi marcado por grande pressão sobre a população, forçada a saírem de suas terras, a empresa contratou capangas que andavam a cavalos armados abordando e intimidando os moradores em suas casas e próximo as roças, ameaçavam com a criação de gado e contra a integridade das meninas da comunidade. A violência da empresa também se explicita pelo cercamento e vigilância de áreas utilizadas pela população local, principalmente locais de onde extraíam suas rendas através da pesca, como as praias de Caçandoca e Caçandoquinha, locais que tiveram estradas de acesso bloqueadas.

Dentre os relatos dos moradores de Caçandoca encontrou-se o seguinte episódio o qual explicita-se a comunhão do Estado na expropriação realizada pela empresa:



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Para tomar estas atitudes de expulsão, a Urbanizadora Continental contava, normalmente, com um instrumento de reintegração de posse e com o apoio da polícia. Nas palavras de Benedito Gabriel dos Santos: “eles enganavam, diziam que iam arranjar terra fora de lá, prometia escritura, queimaram 3 casas no sertão”. O próprio Sr. Benedito, que saiu da área para morar com os filhos que já haviam se mudado para outra cidade, nunca vendeu sua terra, pois a família sempre considerou que o valor oferecido era muito baixo. “Falavam que se não saíssem iam queimar a casa. No mesmo ano que eu saí saíram quase tudo também. Ameaçado, tudo ameaçado”, nos disse em entrevista Sebastiana Gabriel dos Santos (São Paulo, 2000, p. 37).

c) O Estado como agente de desapossamento

Uma das mais recorrentes expropriações de terras quilombolas está ligada às leis ambientais, são diversos os conflitos descritos desde enfrentamentos com a polícia ambiental até a proibição de uso de terras que passaram a fazer parte de áreas de proteção ambiental. Entre 1965 a 1985, as políticas estatais adotadas seguiram forte caráter desenvolvimentista, com a realização de grandes obras de Infraestrutura, ao mesmo tempo em que se instaurou uma série de medidas de proteção da natureza, focalizadas principalmente em Unidades de Conservação com caráter restritivo. Então, vemos a intensificação do uso de recursos naturais ser acompanhada de políticas ambientais preservacionistas, cuja proteção da natureza é dada a partir da não-presença humana (Bernini, 2015). No entanto, o caráter impositivo dessas leis ambientais desconsidera conhecimentos, cultura e valores das populações que ali viviam antes da chegada dos Parques.

Como foi apontado anteriormente no caso de Pedra Preta que não teve a agricultura itinerante afetada apenas pela chegada da empresa Fazenda Itaóca, mas também pela área de preservação ambiental. A inviabilização da agricultura itinerante afeta o fruto de renda das populações, assim como seu meio de subsistência e a própria sociabilidade da comunidade que lida com a terra de forma comunitária. Foi registrado no RTC de Nhunguara que as restrições ambientais iniciada em 1963 com a criação do Parque de Jacupiranga que passaram a dificultar à plantação tradicional somado a construção de estradas e aos incentivos fiscais à agroindústria na década de 70 levaram famílias a venderem seus direitos ou suas porções de terras herdadas.

Indiretamente ou diretamente os problemas enfrentados com as leis ambientais aparecem nos RTC's. Em Piririca, quilombo localizado em Iporanga é descrito como a população que já vinha tendo as terras reduzidas pelas disputas com fazendeiros, passou a ter



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

sua área de atuação (plantação e socialização) diminuída cada vez mais também pelas leis ambientais que surgiram:

Membros da comunidade Piririca já foram multados, mas conseguiram isenção da multa demonstrando que não possuíam meios pecuniários para sanar tal dívida. Na visão da comunidade, é difícil manter suas tradições em condições limitadoras como essa, tendo em vista, que essa cultura valoriza a mobilidade no território pela necessidade de usar a terra como fonte primordial para suas atividades. O uso da terra não se limita ao cultivo, e por isso, a preservação para os remanescentes de comunidades de quilombo é uma questão necessária, por isso, é importante que os limites normativos sejam revistos para que a comunidade possa reproduzir e manter viva seus valores culturais (São Paulo, 2010, p. 36).

Frisa-se a multa aplicada, pois se trata de um custo, além de destacar também que ainda neste trecho encontra-se o seguinte relato da quilombola Aparecida: *“No nosso ramo de trabalho, levamos o nome de vagabundo. Isso porque sem terra não se pode plantar”* (São Paulo, 2010, p.36).

Neste ponto a leitura dos RTC's traz à luz a ausência de uma política ambiental acompanhada de uma política agrária no Brasil, e uma política ambiental que ignora o etnoconhecimento, e tende a ter um viés salvacionista tornando determinados locais áreas voltadas para turismo ecológico. Sobre isso, Antonio Carlos Diegues (2008) levanta a ideia do mito de uma natureza intocada, onde há uma proteção total da natureza, distante do homem, essa concepção da natureza está ligada aos neomitos modernos, aparecendo de forma sacralizada, sendo ela a salvação da humanidade. Acontece que, na aplicação de políticas ambientais a preservação dessa natureza “intocada” implica a expulsão dos povos tradicionais, pois este pensamento torna inviável a simbiose homem e natureza. Acontece que essas políticas acabam por contribuir com o aumento de desigualdade, ignorando as técnicas e conhecimentos de povos tradicionais e tornando as áreas de conservação espaços públicos voltadas para turismo ecológico de contemplação e aventura para população urbana. Levanta-se aqui duas questões, a necessidade de políticas que abracem o etnoconhecimento, o que de fato se torna possível com espaços de representatividade, onde essas populações que são constantemente marginalizadas possam não ser apenas objetos, mas agentes, além de projetos de políticas ambientais que possam trazer como debate políticas de reforma agrária, o que depende do primeiro ponto levantado.

Foi notado que muitos casos de grilagem estão atrelados a períodos de construção de estradas, onde acaba ocorrendo regularização fundiária, chegada de pessoas de fora e



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

especulação imobiliária que levam a conflitos crescentes. Boa parte das melhorias na infraestrutura ocorreram durante o período da ditadura militar com a abertura de estradas e incentivos fiscais para agroindústria, fazendo parte do projeto do regime de integração nacional e dos ideais desenvolvimentistas negligenciando as populações negras que viviam nas proximidades. A relação de estradas citadas nos RTC's se encontram na seguinte tabela:

ESTRADAS CITADAS NOS EPISÓDIOS DE GRILAGENS		
Quilombo	Estrada	Período da Obra
Nhunguara	Construção de Estrada	Década de 70
Abobral	BR-2	1951
Biguazinho	Abertura de Estradas	Década de 60
Caçandoca	Via Rio-Santos	Década de 70
	BR-101	Década de 70

Outros casos recorrentes que inviabilizam a vida dos quilombolas nas suas comunidades são relacionados com a infraestrutura básica, que acaba gerando um deslocamento da população para outras cidades próximas. Como no caso de Brotas em que é denotado problemas relacionados à falta de saneamento, água, eletricidade e dificuldades médicas onde se obteve o relato de que os moradores ficam meses sem atendimento, casos de diagnósticos errados e carência de medicamentos.

Um das motivações de êxodo da população é, por exemplo, a falta de perspectiva quanto a trabalho, fonte de renda, em Caçandoca isso pode ser observado com o bloqueio a praias que antes utilizavam para pesca, como descrito no trecho a seguir:

A destruição e a proibição de ranchos para barcos nas praias da Caçandoca e Caçandoquinha, o que significa também o impedimento do trabalho com pesca em barcos. Joviano José Machado e Laércio Antunes de Sá, tiveram rancho e barcos queimados na praia da Caçandoquinha, no ano de 1997. Joviano recebeu um tiro do caseiro dos atuais ocupantes da Caçandoquinha quando insistiu em utilizar a praia para trabalho. Os moradores estão, neste momento, aguardando a liberação de licenças para a construção de ranchos junto à praia por parte da Capitania dos Portos (Marinha), mas existe o receio de que os atuais ocupantes voltem a desrespeitar este direito (São Paulo, 2000, p. 43).

Ausência de políticas públicas contribui para evasão populacional, como pontuado no RTC de Caçandoca:

É necessário compreender que a ausência de políticas públicas que garantissem condições para a permanência de pequenos produtores em suas terras foi responsável



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

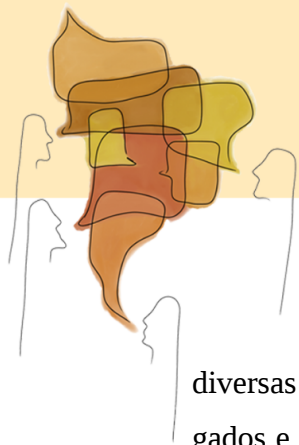
por uma situação em que muitos já não vislumbravam condições de trabalho, nem para si nem para seus descendentes, um grande número de jovens já trabalhava fora e, assim, mudar-se para centros urbanos aparecia como uma alternativa para muitas famílias caiçaras (São Paulo, 2000, p. 35).

A história se repete em Poça, localizada entre os municípios de Jacupiranga e Eldorado, há diferentes problemas relacionados à infraestrutura como as estradas de terra precárias na região, o precário fornecimento de rede elétrica restrito para poucos, mas o que se destaca é a ausência de serviço de tratamento de água e esgoto. A água que chega às casas é das nascentes locais, chegada por mangueiras sem ser tratada, no entanto o abastecimento da água vem sendo afetado pelo desmatamento realizado pelos fazendeiros, o que gera uma queda do volume de água das nascentes. O esgoto das casas é lançado diretamente no rio da Poça, somando-se a outro problema do rio, que já é contaminado por agrotóxico, visto que a água utilizada para lavar as bananas dos grandes proprietários é também lançada diretamente no rio. Devido à contaminação provinda do agrotóxico e esgoto, o rio da Poça deixou de ter peixes (São Paulo, 2006, p. 35).

d) Resistência

Em meio aos momentos mais intensos de ameaças de expropriação, o que se nota é o fortalecimento do quilombo como unidade na busca de direitos sociais e políticos, sendo assim, uma maior organização política. Em diversos casos é discorrido que durante as ameaças a comunidade se uniu para buscar o reconhecimento de suas terras como território quilombola, como forma de assegurar seus direitos sobre a terra, são também nesses momentos em que percebe-se o reconhecimento deste como uma comunidade negra, Além desta forma de resistência aparecem casos em que a população vai atrás de seus direitos em instituições públicas, desde juízes locais até os prefeitos e membros do governo estadual de São Paulo.

Como no caso de Nhunguara, onde foi criada a Associação dos moradores reivindicando o direito à titulação de seus territórios previsto no Art.68 do ADCT após ameaças e restrições de uso de terras imposta por fazendeiros em áreas que pertenciam ao território tradicional. No quilombo de Galvão em Eldorado a história foi a mesma, porém com maior violência, os casos retratados no quilombo ocorreram na década de 80 e tem como principal figura de grilagem o fazendeiro Tibúrcio que comprou uma posse e passou a grilar



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

diversas terras na região às margens do Rio Tiatanzinho, processo o qual usava soltura de gados e jagunços que obrigavam os moradores a venderem suas casas por preços irrisórios, o auge da violência foi o assassinato cometido por um dos jagunços que matou dois membros da comunidade, tio e sobrinho, que se recusaram a vender suas terras, o jagunço acabou sendo preso por um ano. É relatado que após esse episódio as ameaças a comunidade diminuíram, e é neste momento que passa a se ter uma forte atuação da pastoral da igreja católica que colaborou para a formação de uma associação de moradores, o que tornou o bairro mais politicamente organizado, vale destacar aqui que essa Associação era formada não apenas por membros do quilombo de Galvão, mas também pelo quilombo de São Pedro, sendo eles bairros próximos e sendo visto como uma única comunidade.

Em todo caso, o que se nota é que as comunidades não agem passivamente diante da expropriação de terras, elas possuem uma atuação política seja na busca por reconhecimento do quilombo, no contato com instituições públicas pelos seus direitos e na própria.

e) Casos emblemáticos

Entre os casos emblemáticos é destaque o Quilombo de Caçandoca, anteriormente citado no relatório, Caçandoca se localiza no Município de Ubatuba, litoral paulista. São diversos os casos de grilagem retratados na região, em sua maioria, eventos violentos, com queima de casas, jagunçagem e ameaças, por se tratar de uma região litorânea o principal atrativo da região é o turismo e assim, propensa a especulação imobiliária.

Os eventos de expropriação denotados no RTC remontam a década de 60, na praia do Pulso onde foram vendidas terras que em 1976 deram origem a um condomínio, membros das comunidades acabaram vendendo suas terras após serem enganados por um parente que os fizeram assinar registro de terras, passando-os por recibos. Mas, é com a construção de estradas na região na década de 70 que os casos de expropriação se tornam reincidentes, é destacado no RTC que a transferência de posse nas áreas da praia e sertão de caçandoca foi mais violenta, de certa forma como consequência de ser um local mais valioso para especulação imobiliária, por sua proximidade da estrada e relevo plano, e as tentativas de retorno dos moradores acabou sendo frustrada, desde 74 a área foi cercada e vigiada pela Imobiliária Continental (São Paulo, 2000, p. 41).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Houve um episódio marcante de expropriação, realizado por um dos representantes da empresa Imobiliária Continental, o caso ocorreu com o membro do quilombo Benedito Antunes de Sá, no Saco da Banana em 1963, Sr. Benedito enfrentou uma Ação de Reintegração de Posse movida por Renato Teixeira após recusar a compra das terras. Depois da recusa, o Sr. Benedito teve suas terras invadidas por Renato Teixeira, Benedito foi atrás de seus direitos, obtendo documento do então Juiz de Ubatuba que ordenou o embargo da obra pelo delegado, no entanto o delegado recusou a Benedito a assinatura do documento. O que veio a ocorrer foi a expulsão do Sr. Benedito de sua casa em Caçandoquinha pelo Investigador de Polícia, Sílvio Brandão, pelo Oficial de Justiça, Clementino, e por mais dois PMs (São Paulo, 2000, p. 37). O barco de seu Benedito ficou retido na casa de Natanael Giraud, e sua casa assim como outros casos anteriormente citados foi incendiada.

O caso se destaca, pois cabe observar nesse episódio que o Estado acaba amparando, Sr. Benedito acabou sem o respaldo e segurança do Estado, mesmo tendo procurado justiça em instituições públicas, acabou na verdade desamparado por estes, sem sua terra e por fim, também sem sua ferramenta de trabalho, seu barco.

Outro destaque se dá em dois quilombos que possuem uma questão em comum no Quilombo de Registro/Peropava e no Quilombo de André Lopes. Em Registro é notada como um agente de grilagem a presença da empresa Socal Mineradora, datando o início da década de 40 e diante, acontece que procurando sobre a empresa foi encontrado no SIAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) que esta empresa faz parte do Grupo Abdalla, cujo qual a família é atrelada a diversos conflitos de terras.

Já no Quilombo de André Lopes o evento em evidência ocorreu com Anésio de Lara Campos, a comunidade acusou Anésio de grilagem de terras na região, em um processo judicial Anésio Campos alega ser proprietário dos sítios de Rolado e Tapagem, os quais teriam comprado dos moradores descendentes dos Vieira e dos Pedroso (famílias da comunidade) (São Paulo, 2000, p. 40). Sobre a compra do sítio Tapagem negociada com Amantino Vieira, há o seguinte relato fornecido pela sobrinha:

Moradora: Esse Anésio é gente grilador, ladrão. Ele trocou uma coberta com um parente nosso. **Celina:** Uma coberta? A senhora que dizer um cobertor? **Moradora:** Sim, trocou um cobertor com a terra. O coitado era bobo. Nesse tempo, o povo era muito caipira demais, qualquer coisa para ele era grande coisa. Ele [o Anésio] trocou o cobertor com um tio meu que morava lá [na área da caverna] antes de nós irmos morar para lá. **Celina:** Quem era esse tio seu? **Moradora:** Era Mantino, antes



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

de nós irmos trabalhar para lá. Nós sempre tivemos a nossa parte lá porque é a parte do meu esposo e a parte da minha sogra. Ai nós sempre íamos trabalhar para lá, mas depois que ele fez o negócio com o Mantino, ele quis tomar conta lá do sítio todo.
Celina: O seu tio Mantino saiu de lá? **Moradora:** Ele saiu, foi embora para a Barra do Braço. **Celina:** Ele mudou de lá, ele trocou porque estava querendo sair? **Moradora:** Não estava querendo sair, ele que mandou ele sair, o Anésio que mandou ele sair. **Celina:** O seu tio não queria sair? **Moradora:** Ele não queria sair porque ele é nascido e criado aqui.

Acontece que procurando sobre Anésio de Lara no SIAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) é encontrado documentos ligados a expulsão de posseiros do litoral Sul de São Paulo, casos envolvendo policiais e empresários.

Em ambos os casos o que fica evidente é que há uma questão de capital político, social e econômico por trás dos agentes de grilagem, os Abdallas, uma família tradicional de São Paulo. Já Anésio de Lara foi membro do Partido Republicano Paulista e líder integralista, Anésio era meio irmão, por parte de mãe, do conhecido Eduardo Suplicy, sendo assim parte de uma das famílias mais tradicionais de São Paulo.

f) As razões sociais das grilagens em territórios quilombolas

O racismo é vetor de grandes desses eventos, escancara a dinâmica de hierarquia social, em muitos casos há preconceito que transparece nas relações da comunidade quilombola com a população ao entorno, destacando-se que as expropriações tratadas são, sobretudo, de populações negras. Como o caso do quilombo de Cafundó localizado em Salto de Pirapora, região de Sorocaba em que a comunidade passou por grande período sendo hostilizada pelos vizinhos, cenário que só veio a se amenizar com a popularização do bairro, resultado do interesse midiático pela comunidade que preservava o uso de uma “língua-africana” (São Paulo, 1999, p. 26). Outro caso em que isso fica evidente é o episódio registrado no quilombo de Aldeia em Iguape, há relatos do qual um dos membros da família Rocha, que possuía um sítio na comunidade, não gostava que seus filhos se misturassem com as mulheres negras da comunidade.

As dinâmicas de hierarquia-social aparecem bastante nos RTC's, demonstrando que aqueles que os detentores do capital acabam por gerir as regras do jogo, desde amparo estatal nas ações até a questão perpetuação de família, poder e dinheiro, pesquisando as empresas e nomes de grileiros que aparecem nos RTC's percebe-se algo repetitivo, são nomes ligados a



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

prefeitos, famílias ricas e tradicionais de São Paulo, e de empresas que tendem a aparecer em outros episódios de grilagens para além de territórios paulistas.

Nota-se que os povos quilombolas vivem sob constante vigilância e discriminação, cometida pela sociedade e pelo estado que mesmo ausente está de alguma forma agindo, seja pelas leis ambientais avessas a outras realidades e dinâmicas de vida social, ou quando não fornece infraestrutura básica para vida local dificultando a permanência da população nos seus bairros e acrescenta-se quando a lei se mostra ao lado dos que têm poder desamparando e muitas vezes criminalizando parte da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há grande pertinência olhar para a população quilombola, é dar visibilidade para estes que compõem os excluídos da história brasileira e que estão de forma contumaz às margens das políticas públicas, e sob constante ameaça de perda de terras, assim como demonstram os RTC's, às vezes mais intensas e outras menos a expropriação do território está sempre presente na vida das comunidades negras rurais, que vivem sob constante ameaça desde setores privados até o Estado, ou pela atuação mútua desses.

Uma das últimas pautas a serem votadas no STF diz respeito ao Marco Temporal, tese jurídica que apresenta como proposta a mudança na demarcação de terras indígenas no país, a partir dessa proposta só poderiam ser reivindicada como terra indígena áreas que já estivessem ocupadas ou em disputas no ano da promulgação da Constituição, 1988. A tese ignora a história nacional e dos indígenas, visto que as terras tradicionalmente ocupadas datam tempos anteriores à criação do Estado brasileiro e ignora as disputas travadas e perdas ocorridas até 1988, e mesmo posterior. A proposta é uma ameaça ao direito fundamental à terra aos indígenas, ao legitimar a expropriação das terras destas populações, sendo uma ameaça direta a esses povos visto que a reprodução social e cultural está fundamentalmente ligada à terra.

Essa tese é também uma alerta para a população quilombola, e reforça a importância de reafirmar o direito dessas populações à terra e de atentar que a expropriação, a grilagem, não ocorre apenas pelas formas violentas, mas também pode ocorrer por meios constitucionais revelando aí um racismo político e social, onde o capital é o maestro.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

REFERÊNCIAS

BERNINI, Carina Inserra. **A produção da “Natureza Conservada” na Sociedade Moderna: uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP.** 2015. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

CORRÊA, Ellen *et al.* **Lutas sociais no campo:** São Paulo, 2014-2015. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito da natureza intocada.** 6. ed. Ampliada, São Paulo, SP: Hucitec; Nupaub, 2008.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo de Aldeia/Iguape, SP.** São Paulo, SP, 2013.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo de Piririca/Município de Iporanga, SP.** São Paulo, SP, 2010.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo de Pedra Preta/Paraíso – Município de Barra do Turvo, SP.** São Paulo, SP, 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo da Poça/Município de Eldorado e Jacupiranga, SP.** São Paulo, SP, 2006.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo de Caçandoca/Ubatuba, SP.** São Paulo, SP, 2000a.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo de Galvão/Município de Eldorado e Iporanga, SP.** São Paulo, SP, 2000b.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo de Nhunguara/Município de Eldorado e Iporanga, SP.** São Paulo, SP, 2000c.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Justiça Defesa e Cidadania; Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora, SP.** São Paulo, SP, 1999.

SAORI, Sheyla. O território ameaçado: Vale do Ribeira, SP. **Debates Feministas**, São Paulo, SP, n. 11, 2018.